



“VINHO NOVO EM ODRES NOVOS” (Lc 5,38): PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS PARA A EMERGÊNCIA DE MASCULINIDADES ÉTICAS

“NEW WINE IN NEW WINESKINS” (Lk 5:38): THEOLOGICAL PERSPECTIVES ON THE
EMERGENCE OF ETHICAL MASCULINITIES

Sérgio Albuquerque Damião*

Resumo: O presente artigo intenciona apresentar fundamentos teológicos para elaboração de masculinidades éticas. Através de pesquisa de natureza bibliográfica qualitativa e método hipotético-dedutivo, examina a construção da identidade masculina, compreendida no interior de uma ordem de gênero, verificando suas implicações e limites. Reflete acerca do discurso de crise da masculinidade e sua relação com a manutenção do domínio dos homens sobre as mulheres. Analisa o conceito de natureza e discorre a respeito de seus limites para a compreensão acerca do masculino e do feminino. Demonstra que a reflexão teológica, alicerçada na vida de Jesus, pode contribuir para a elaboração de renovadas masculinidades. Estas masculinidades encontram em Jesus Cristo sua identidade ética fundamental, recebendo de sua vida os critérios que devem dinamizar sua práxis. Dessa maneira, emergem masculinidades éticas capazes de confrontar os ditames patriarcais e, assim, engajarem-se na construção de uma verdadeira equidade de gêneros.

Palavras-chave: Masculinidades éticas. Jesus Cristo. Identidade. Crise da masculinidade. Gênero.

Abstract: This paper aims to present theological foundations for the development of ethical masculinities. Through qualitative bibliographical research and a hypothetical-deductive method, it examines the construction of masculine identity, understood within a gender order, verifying its implications and limits. It reflects on the discourse of the crisis of masculinity and its relationship with the maintenance of men's dominance over women. It analyzes the concept of nature and discusses its limits for understanding the masculine and the feminine. It demonstrates that theological reflection, grounded in the life of Jesus, can contribute to the development of renewed masculinities. These masculinities find their fundamental ethical identity in Jesus Christ, receiving from his life the criteria that should energize their practice. In this way, ethical masculinities emerge capable of confronting patriarchal dictates and, thus, engaging in the construction of true

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: sergio.albuquerque@unicap.br



gender equality.

Keywords: Ethical masculinities. Jesus Christ. Identity. Crisis of masculinity. Gender.

Introdução

Os avanços empreendidos pelos movimentos feministas, desde o século passado, são irrefreáveis. As mudanças dos papéis sociais reivindicam novas linguagens, novos valores e novas elaborações simbólicas. Trata-se de transformações que não ocorrem apenas em espaços seculares, mas que convocam à reflexão teológica, provocando-a para o embate com renovados conceitos e ambientes.

Os fundamentos androcêntricos das estruturas discursivas e sociais não são capazes de assimilar os avanços femininos, enxergando-os, muitas vezes, como ameaça a ser combatida. Entretanto, mesmo com seus alicerces questionados, a masculinidade hegemônica permanece vigente e dominante no cenário sociocultural. Seu domínio persiste em se estender pelas diversas esferas socioculturais, profissionais e familiares, materializada na ideia de que não há outro modelo de masculinidade possível a ser proposto.

Também importa reconhecer que determinado entendimento da tradição cristã, por ser expressa e vivida predominantemente no interior do referente patriarcal, constitui um dos pilares da masculinidade hegemônica ocidental. Neste sentido, o desconcerto existente diante do debate acerca do lugar das questões de gênero no interior da reflexão teológica é incontestável. Não há dúvidas de que tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento foram vividos, lidos e interpretados dentro de uma perspectiva patriarcal. A Igreja que surge desta leitura encontra-se dirigida exclusivamente por homens e, durante séculos, a mulher foi considerada *non-persona* jurídica, sendo excluída, até hoje, de qualquer decisão vinculada ao poder religioso¹.

Desde a banalização do assunto até a irritação que alcança estágios de recusa veemente do debate, o desconforto teológico é patente. Entre medo e desconhecimento, quando levadas em consideração, “as questões de gênero são reduzidas a uma questão de emprego de linguagem, filosofia e pensamento.”² A sobrevivência relevante da temática deve-se mais à luta histórica de teólogas feministas e dos movimentos sociais do que da acolhida benfazeja por parte

¹ MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 92.

² ANDERSON-RAJKUMAR, Evangeline. Deus e gênero: reflexões a partir de uma perspectiva womanist indiana. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 283.



de muitos teólogos e de seus respectivos ambientes acadêmicos ou mesmo do magistério eclesial.

O objetivo deste artigo consiste em investigar, por meio de pesquisa de natureza bibliográfica qualitativa e método hipotético-dedutivo, a estrutura identitária masculina vigente, a fim de propor aspectos teológicos que contribuam na elaboração de novos modelos de masculinidades. Cabe, então, nortear esta reflexão com a seguinte pergunta: há raízes teológicas capazes de intuir e promover a construção de masculinidades apropriadas aos intrincados horizontes que permeiam as relações de gênero nos atuais cenários? Para responder a tal indagação, este texto delineará o perfil mais comum acerca da masculinidade hegemônica e, assim, enunciara os possíveis desvios decorrentes, sobretudo no que tange à influência do construto patriarcal, bem como os mútuos entrelaçamentos encontrados nos discursos socioculturais e religiosos que delimitam as relações entre gêneros.

Teologia e o desafio do gênero

Para muitas teólogas, as dificuldades transitam por diversas frentes discursivas que incluem o fato de que “a sociedade, as instituições educacionais, a Igreja, a Bíblia e a teologia são patriarcais.”³ Dessa forma, o masculino torna-se o princípio organizacional das estruturas sociais e religiosas, perpetuando não apenas uma formatação masculinizada, mas instaurando um absoluto hierárquico que definirá tanto as relações interpessoais entre gêneros como os espaços institucionais que lhe servem de suporte.

Além de condicionarem as estruturas sociais e religiosas, tais frentes discursivas também são determinantes para as reflexões que versam sobre Deus e suas imagens adjacentes. Sendo o masculino a imagem preponderante de Deus, a sociedade e a Igreja serão guiadas e edificadas em torno desse eixo patriarcal. Logo, as definições de um Deus juiz, chefe, rei, guerreiro, senhor etc. confirmam e naturalizam, por vezes, de maneira inconsciente, os espaços de poder e controle que os homens possuem na sociedade e na Igreja⁴. Essa simbologia tradicional reforça a compreensão de que o masculino é normativo para a humanidade e contribuiu para marginalizar as mulheres e excluir o feminino das representações simbólicas acerca do divino⁵.

De acordo com Tamez,

³ TAMEZ, Elsa. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 276.

⁴ TAMEZ, 2006, p. 279.

⁵ FERRARO, Benedito. Teología en la perspectiva de la reciprocidad y complementariedad entre hombres y mujeres. *Concilium*, Navarra, n. 347, p. 511-523, set. 2012. p. 513.



Se durante séculos a Igreja foi dirigida por homens, se a maioria dos teólogos foram e são homens, e se se vive em uma sociedade patriarcal, obviamente as imagens dominantes de Deus, as estruturas discursivas, as imagens sobre Deus são masculinas e patriarcais. A boa notícia é que as mulheres teólogas, que há poucas décadas se incorporaram à reflexão teológica, percebem e questionam isso.⁶

O sopro de novidade trazido pela reflexão das teólogas traz consigo interpelações relativas à linguagem empreendida teologicamente sobre Deus, assim como para as vivências cotidianas e sociais que elas evocam. Cumpre destacar que embora a palavra Deus continue sendo utilizada para apoiar o patriarcalismo vigente, bem como outras formas de opressões e violências, seu significado vai além das categorias masculinas que durante séculos foram acopladas à sua construção imagética. No interior de uma compreensão teológica amadurecida, a palavra Deus consiste numa categoria que “transcende todas as tentativas de categorizações. É a palavra mais alta da linguagem humana para significar a Fonte de onde tudo procede e o Útero que tudo acolhe. Realidade suprema é expressa tanto pelo feminino quanto pelo masculino.”⁷

É sumamente necessário reconhecer a limitação inerente à linguagem teológica quando essa se refere a Deus. Assumir que os termos utilizados persistem como metáforas limitadas, circunstanciais e categoriais que nunca abarcarão a totalidade do mistério transcendente que buscam captar, constitui, no fundo, por mais assustador que pareça, um passo importante para o reconhecimento crítico dos limites contextuais e históricos que as imagens empreendidas para a anunciar carregam. Na ausência dessa consciência, incorre-se, firmemente, no risco da idolatria conceitual, sempre sedutora ao deleitar o ser humano no interior de suas cômodas construções.

Neste sentido, o deus – minúsculo – que fundamenta o patriarcalismo e por consequência o machismo, é fruto da idolatria. “Não tanto pelo fato de ele não existir ou por não poder deixar de ser falso em relação ao único e verdadeiro Deus, mas ele seria falso porque falsifica o homem. Porque o perverte, faz com que tome um caminho onde se perde.”⁸ A idolatria, portanto, incide na falsidade ética que, decorrente desta suposta divindade patriarcal, instrumentaliza a palavra Deus utilizando-a para corresponder às necessidades que alimentam e aparelham não somente um discurso, mas todo um sistema de poder, dominação e morte.

A fundamentação idolátrica do patriarcado desmascara-o como estrutura de pecado a ser combatida. Superar o imaginário construído sobre esses modelos constitui uma tarefa árdua. A valorização da representatividade feminina é um passo importante para trazer mais equidade e justiça às relações de gênero. Todavia, a simples reversão dialética parece ser insuficiente para

⁶ TAMEZ, 2006, p. 279.

⁷ MURARO; BOFF, 2002, p. 88.

⁸ GESCHÉ, Adolphe. *Deus*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 133.



o embate com uma estrutura basilar de pensamento que se afirma por meio de imagens de uma divindade masculinizada, sedimentada por séculos de narrativa teológica e cultural. É preciso ir além: “reinventar imagens que interpelem a realidade patriarcal e ajudem a transformá-la, e isso somente é possível fora das rígidas e dicotômicas categorias clássicas patriarcais.”⁹ Embora crucial, tal demanda não ocorrerá sem a instalação de um processo incômodo que suscitará, como tem ocorrido, inúmeras resistências.

Outro passo importante para esta superação, porém, negligenciado no ambiente teológico, consiste em tornar visível a normatividade masculina atuante no *modus operandi* que permanece como “invisibilidade do privilégio”¹⁰ masculino presente na sociedade e pautada sob influência do discurso patriarcal. Essa invisibilidade institui a falsa percepção representada numa masculinidade que transita como neutralidade normativa que a resguarda de qualquer contestação de gênero. Ou seja, a invisibilidade da normatividade masculina atua na sustentação dos modelos dominantes erigidos como “padrões genericamente humanos que devem governar o comportamento tanto dos homens quanto das mulheres.”¹¹

Conforme Bourdieu, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.”¹² Logo, trazer a masculinidade à visibilidade é colocá-la sob escrutínio. É reconhecer sua dimensão cultural, social, política e teológica para lidar adequadamente com as questões que a envolvem. Ignorá-la, como evoca sua invisibilidade, é incorrer no risco de abster-se de compreender sua construção e não contribuir para a edificação de homens aptos para superar os ditames patriarcais que lhe aprisionam, instando-os a se engajarem na edificação de uma real e justa equidade de gêneros e, por consequência, na elaboração de renovados papéis sociais e políticos.

Masculinidade como construção relacional

É preciso estabelecer e delimitar os conceitos que conduzirão este texto. De antemão, sabe-se que a binaridade da espécie humana – homens e mulheres – é largamente reconhecida em todas as sociedades¹³. Porém, ainda que se constatem diferenças biológicas inerentes, tanto o homem quanto a mulher compartilham de uma organização fisiológica similar. Será no âmbito sexual que as distinções binárias entre o masculino e o feminino estarão mais evidenciadas. Mesmo assim, respostas definitivas acerca desta binaridade esbarram na enorme variedade de

⁹ TAMEZ, 2006, p. 281.

¹⁰ KIMMEL, Michael. *A sociedade de gênero*. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 17.

¹¹ KIMMEL, 2022, p. 18.

¹² BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Difel, 2025. p. 24.

¹³ JABLONKA, Ivan. *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo: Todavia, 2021. p. 24.



corpos masculinos e femininos que diferem entre si¹⁴. Para o escopo deste artigo, a utilização do termo masculino compreenderá o aspecto biológico da anatomia fisiológica humana caracterizado pelo cromossomo XY; porquanto o termo feminino especificará o corpo humano que tem características definidas pelo cromossomo XX. Desta forma, conquanto se reconheça as limitações da delimitação assumida, falar do masculino ou do feminino estará referido ao ser humano biologicamente macho ou fêmea respectivamente.

Uma vez definido o sexo do indivíduo, ele é inserido numa sociedade possuidora de normas de condutas que determinam seus direitos e deveres, seus limites e alcances. Tal educação abarca-o desde cedo através das socializações tradicionais que se manifestam, por exemplo, nos brinquedos, nas cores utilizadas para as roupas, na definição de quem paga a conta nos encontros românticos; e alcançam a publicidade, a linguagem e os aspectos estruturais e simbólicos da sociedade que vão da política até, evidentemente, a religião, produzindo, assim, chaves cômodas para determinar quem são as pessoas e como elas devem se relacionar¹⁵.

Nestas normas de conduta encontra-se a ordem de gêneros pelo qual todo homem e toda mulher é lembrado das obrigações inerentes ao próprio sexo¹⁶. Embora aspectos relativos ao desenvolvimento da ordem de gênero tenham sido percebidos desde muito cedo na história humana, apenas no século XX o conceito foi teorizado a contento e tornou-se uma ferramenta importante para as ciências humanas. Debater o gênero é “falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da religião desse caráter biológico.”¹⁷ Inscrita em cada espaço social, a ordem de gênero determina a separação dos sexos ao inseri-los numa cultura possuidora de regras, controles e ações bem demarcadas, que desdobram os aspectos centrais que constituirão a masculinidade e a feminilidade como identidades sociais e políticas.

Estipulada no interior de uma estrutura patriarcal, a ordem de gênero dominante aponta para a elaboração de prerrogativas comportamentais claras e fixas tanto para o masculino quanto para o feminino. As identidades estariam vinculadas e determinadas pela manifesta natureza universal que, reduzidamente expressa na genitalidade sexual, seria possuidora de códigos e vivências peremptórias e implicaria a construção dos padrões vigentes que abarcam todos e todas. Neste sentido, a ordem de gênero incorre como instância indutiva que atravessa as sociedades e, ao definir as representações simbólico-identitárias do feminino e do masculino, envolve os mecanismos culturais construídos, intervindo, simultaneamente, nas relações sociais e políticas derivadas.

¹⁴ KIMMEL, 2022, p. 12.

¹⁵ KUSNETZOFF, Juan Carlos. *A mulher sexualmente feliz*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 20.

¹⁶ JABLONKA, 2021, p. 28.

¹⁷ GEBARA *apud* MURARO; BOFF, 2002, p. 19.



Ao contrário da pouca variação percebida no sexo biológico, o gênero possui diferentes interpretações. “Possuir a configuração anatômica do macho ou da fêmea significa coisas muito diferentes dependendo de onde você está, quem você é e em que tempo você está vivendo.”¹⁸ Algumas culturas construirão uma masculinidade inspirada no estoicismo; outras definirão a masculinidade por sua capacidade de prover as necessidades da comunidade. Determinadas sociedades estimulam uma feminilidade competitiva e assertiva; outras apresentam-na passiva e impotente. Os significados atribuídos aos gêneros variam entre culturas e diferentes sentidos podem coexistir no interior de um mesmo contexto sociocultural.

A masculinidade trata-se, portanto, de uma categoria relacional, vista que é definida em referência à feminilidade, mesmo que para negá-la. Esta relacionalidade da masculinidade é tão crucial que “quando a feminilidade muda – em geral, quando as mulheres querem redefinir sua identidade – a masculinidade se desestabiliza.”¹⁹ Logo, a masculinidade, enquanto atributo identitário social do masculino, encontra-se situada como um gênero e construída em constante tensão – relativa e reativa – perante a feminilidade que lhe interpela.

No geral, as configurações socioculturais impostas aos gêneros são tradicionalmente fundamentadas sob perspectivas patriarcais opressivas às mulheres e, logo, devem tornar-se uma preocupação capital para a crítica teológica, social e ética. Em linhas gerais, depara-se com uma feminilidade comumente percebida através de uma perspectiva utilitária delineada a partir dos costumes sociais de serviço (tarefas domésticas), das relações sexuais (submissão do corpo) e dos deveres reprodutivos (maternidade). Por outro lado, as prerrogativas da masculinidade são mais largas e abrangem o estímulo à liberdade do agir e do pensar, o acesso cultural, o domínio do sagrado e, por hipotético beneplácito divino, o controle sobre os dois sexos²⁰. De tal forma que ao falar de gênero, “também falamos sobre hierarquia, poder e desigualdade, e não somente diferença.”²¹ Organiza-se não apenas um sistema classificatório, mas também se exprime e se consolida uma desigualdade universal estabelecida entre homens e mulheres.

¹⁸ KIMMEL, 2022, p. 13.

¹⁹ BADINTER, Élisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 10.

²⁰ JABLONKA, 2021, p. 62.

²¹ KIMMEL, 2022, p. 11.

Masculinidade hegemônica: o mundo é a casa do homem e a casa é o mundo da mulher

De acordo com Castells, as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.”²² Logo, a função identitária da masculinidade é percebida na elaboração de sentidos baseados em atributos culturais e anatômicos que determinam a autoconstrução e individuação do ser homem e seus significados, estabelecendo uma vinculação simbólica e teleológica com as normas erigidas e praticadas.

A identidade masculina, enquanto fonte de significado, reverbera nos papéis sociais que os homens devem assumir. Determinados pelos códigos de conduta estruturados pelas instituições e organizações da sociedade²³, os papéis sociais (pai, trabalhador, marido, político, professor, padre etc.) muitas vezes apenas corroboram e fortalecem os espaços de poder e dominação edificados pela masculinidade convencional. Desempenhados a partir da internalização de comportamentos derivados de uma estrutura patriarcal, tais papéis exigem e reafirmam a subordinação do feminino, eternizando mecanismos históricos de divisão social e correspondência identitária.²⁴

Neste sentido, é verossímil referir-se a uma identidade masculina hegemônica que se constitui como aquela que predomina sob a ordem de gênero e legitima o patriarcado como forma de governo que percorre as diversas instituições sociais, subordinando não só o feminino, mas também outras formas de masculinidades²⁵. Tal modelo é capaz de acomodar-se sob diferentes formas discursivas, sendo, no Ocidente, uma prerrogativa anexa ao homem branco, rico e heterossexual. Sua força deriva de um sistema patriarcal em que o sexismo institucionalizado personifica no masculino tanto o superior quanto o universal da raça humana.

Na medida que se sustenta nos baldrames sedimentados socialmente por séculos de predomínio patriarcal, a identidade masculina hegemônica encontra sua significação, invariavelmente, pela via da relação negativa: ser homem é *não ser* mulher. A definição do masculino ocorre tanto através da subordinação do feminino quanto por meio de qualificações comportamentais que, em seu dualismo referencial, sedimentam papéis sociais oriundos de certa interpretação fixista e universal da natureza de cada sexo.

Não é acaso que a exortação “seja homem!” apareça sempre que aspectos vinculados ao *não ser* ganham espaço na experiência cotidiana masculina e desconcertam a lógica

²² CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 23.

²³ CASTELLS, 2008, p. 23.

²⁴ BOURDIEU, 2025, p. 137.

²⁵ JABLONKA, 2021, p. 83.



identitária. Aqui, o exortativo sinaliza que a masculinidade hegemônica, conforme supõem os defensores de uma identidade biologicamente determinada, não é tão evidente ou tão natural. Ser homem, ser macho, ser másculo exige esforço. É preciso estar sempre atento para não cair na constante ameaça que aspectos relacionados ao *não ser* representam, sobretudo quando insistem em irromper dos recônditos interiores mais díspares para dilacerar as certezas hegemônicas carcomidas.

O mecanismo da masculinidade hegemônica carrega o constante medo de não ser digno do sexo que ostenta. O receio de não ser homem de verdade implanta uma experiência de insegurança perene diante de si e dos outros, impondo a obrigação de provar-se o tempo todo: é preciso ser decidido, ter autodomínio, engajar-se nas questões sociais, ser dominante nas relações sexuais, resistente à dor, ao cansaço, ao álcool... Ainda que as infundáveis demandas sejam cumpridas, elas não silenciam a constante dúvida a respeito da própria masculinidade. “O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito.”²⁶ A masculinidade esvazia-se num caminho improvisado permanentemente sob o fio da navalha. Qualquer deslize, seja por gesto, pensamento ou palavra, implica sumária desqualificação pelos seus pares.

Quanto mais o homem se esforça, mais pesado o fardo se torna, transfigurando-se numa infundável labuta em que o “dominante acaba dominado por sua própria dominação.”²⁷ Esse percurso identitário será sustentado pela oferta de modelos imagéticos a respeito do masculino e por espaços de sociabilização hábeis em conformá-lo a certos estereótipos de masculinidade²⁸. Legitimados por um amplo maquinário simbólico-social, os modelos imagéticos determinam as relações de gênero, agindo não apenas na estrutura performativa das representações, mas operando na própria percepção do mundo ao impor uma “definição diferencial” dos sexos que caracteriza os gêneros e resulta numa “somatização das relações sociais de dominação.”²⁹ Isto ocorreria às custas de um amplo e continuado processo de socialização que transformaria o arbitrário em natural ao demarcar o princípio identitário masculino como fundamento hermenêutico da realidade. Dessa forma, inscreve a ordem masculina como métrica natural que determina as medidas e os valores que regem a dinâmica social, regulando os espaços de pertencimento e validação.

A despeito do intrincado maquinário implementado para a validação da identidade masculina, sentimentos como medo, solidão, raiva, tristeza, ansiedade, insegurança entre outros persistem em acompanhar o mecanismo da masculinidade hegemônica desde muito cedo.

²⁶ BADINTER, 1993, p. 4.

²⁷ JABLONKA, 2021, p. 215.

²⁸ ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018. p. 136.

²⁹ BOURDIEU, 2025, p. 45.



Incentivados a enterrar suas emoções ou esconder seus pedidos de ajuda, os homens tornam-se reféns de uma existência fragmentada. De um lado, a tarefa ininterrupta de provar-se másculo continuamente – para si e para os outros – do outro, a experiência real de carregar no peito nuances e incertezas que não condizem com a masculinidade que devem alardear.

“Não seja uma mulherzinha!”, “agente firme!”, “homem não chora!” serão normas cogentes que ressoarão durante toda vida, represando os sentimentos e, por vezes, a própria verdade pessoal. Rebelar-se contra este mecanismo é impensável. A simples dúvida a respeito dos ditames patriarcais é rechaçada veementemente. O resultado: “seu corpo e sua mente é que cedem em seu lugar, através de acidentes de trabalho, exaustão precoce, estresse, burnout, sensação de não ver os filhos crescerem.”³⁰ Embora mais próxima de representar uma prisão, a masculinidade hegemônica apresenta-se como a única forma possível de existir como homem, impondo-se como lei definitiva que atravessa toda sociedade.

Por séculos ela tem determinado as relações pessoais e sociais. Sua presença entranha-se pelo discurso político, exigindo para si o papel de defensora da suposta ordem natural do mundo e ratificando a dominação masculina ao oferecer espaços cômodos e privilégios para aqueles – e aquelas – que abraçam sua defesa. Além do mais, persiste em transparecer na linguagem simbólico-religiosa como vontade soberana de um Deus revestido por uma conveniente onipotência masculina. Aos que ousam questionar os padrões desta velha ordem simbólica, reserva-se a marginalização, o escárnio e, por vezes, a morte.

Crise da masculinidade e a reafirmação do domínio

Atualmente, escuta-se o histriônico rumor acerca de uma masculinidade em crise: modelos identitários hegemônicos que durante séculos perduraram por meio de estruturas sociais e simbólicas encontram-se colocados sob novas perspectivas críticas e questionados a respeito de sua validade perante os renovados cenários socioculturais. O impacto da emancipação da mulher, as recentes pesquisas acerca da sexualidade, a emergente pluralidade de identidades sexuais, os debates sobre construções de gêneros... são temáticas correlativas que desvelam o desconforto do modelo de masculinidade convencional e seus pretensos espaços de poder e comodidade.

Não há, entretanto, ineditismo na anunciada crise da masculinidade. A identidade masculina hegemônica já enfrentou diferentes momentos de contestações que originaram diversas transformações motivadas por alterações nos valores regentes, fossem eles ideológicos, econômicos ou sociais, que ecoaram nas estruturas basilares da família e do trabalho³¹. Estejam tais crises circunscritas às classes dominantes, como ocorreu nos séculos

³⁰ JABLONKA, 2021, p. 217.

³¹ BADINTER, 1993, p. 11.



XVI e XVIII, ou denotem mudanças mais profundas e generalizantes na sociedade, como visto na virada dos séculos XIX e XX, a identidade masculina permanece cindida por questionamentos alheios à sua vontade e, atualmente, pelo constante desconcerto promovido pelos avanços dos estudos sociais e antropológicos modernos.

Somado a este desconforto, encontram-se aqueles que, desde sempre, alertam para uma hipotética emasculação dos homens que, uma vez alijados dos sedimentados modelos patriarcais, perderam-se numa diluição identitária confusa e prejudicial. Esta emasculação evidencia-se no rompimento da relação comumente estabelecida entre o feminino e o masculino, erigindo, assim, em seu lugar, uma animosidade que contradiz os papéis para os quais tanto o homem quanto a mulher estariam “naturalmente” direcionados. Outra face desta emasculação estaria na inversão dos papéis sociais que, para além da animosidade, instituíram uma hipotética dominação da mulher sobre o homem.

A defesa do modelo hegemônico de masculinidade entranha-se por diversas frentes discursivas estabelecidas a partir dos sedimentados construtos que perfazem o imaginário simbólico e político daquilo que seria próprio das relações interpessoais de gênero: clareza dos papéis socioculturais, preocupação com a estrutura familiar, limites da moral sexual etc. As justificativas transitam para o entendimento reativo diante das críticas feitas, e os argumentos utilizados para defesa apresentam-se marcados por categorias repetitivas e desgastadas que, independentemente da época, apenas desvelam as inseguranças que emergem diante do aparecimento de fissuras capazes de expor, em sua crueza e precariedade, a fragilidade da identidade masculina convencional.

Referências ao tempo das cavernas, alusões à “identidade masculina nata”, glorificação de uma pretensa “natureza masculina”, sejam quais forem, todos os argumentos discursivos procuram reafirmar de maneira taxativa a intrínseca diferença e, até mesmo, oposição existente entre o masculino e o feminino³². Tais discursos buscam apresentar e defender uma essência masculina heterossexual orientada para possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força, enquanto a identidade feminina, também heterossexual e edificada em oposição, estaria predisposta a ser possuída, dócil, passiva e, evidentemente, submissa³³.

No entanto, alguns estudos questionam a real pertinência desta crise da masculinidade ao afirmarem que os defensores da suposta crise apelam para perspectivas demasiadamente subjetivas, elaborando uma realidade que, a partir dessas impressões, corresponderia a seus argumentos. De acordo com Dupuis-Déri, “não é porque eu tenho medo de ser atacado por zumbis ao sair da minha casa que os zumbis existem; e não é porque eu me sinto dominado

³² DUPUIS-DÉRI, Francis. *A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente*. São Paulo: Blucher, 2022.

³³ BADINTER, 1993, p. 99.



pelas mulheres que elas dominam realmente a sociedade e os homens.”³⁴ A crise seria, dessa forma, autorreferente e puramente subjetivista, uma vez que os promulgadores do discurso de crise ignoram os dados sociais que revelam as reais consequências da desigualdade de gênero na política, na família, na cultura, na educação etc., denunciando a impostura deste discurso.

Por estar enraizada numa percepção essencialista dos gêneros, a masculinidade hegemônica permanece prisioneira do patriarcado. Todavia, ao justificar o monopólio do poder, as desigualdades sociais entre gêneros, o direito ao controle violento sobre corpos etc., a masculinidade – bem como a feminilidade – torna-se uma questão política³⁵. Esgueirando-se por percepções ideológicas postas a serviço dos interesses de quem as produz, a afirmação desta crise convoca autoridades civis e religiosas a direcionarem recursos e aparelhos sociais para seu benefício³⁶. Dessa forma, ao valorizar problemas menores e, até certo ponto, falseados pela narrativa defensora da crise da masculinidade, tende-se a ignorar demandas sociais importantes, atribuindo, como solução lógica, a manutenção do domínio masculino na sociedade através da reafirmação e da reinstalação da identidade masculina hegemônica. Processo esse que supõe a mobilização dos homens, em diversos níveis sociais, no combate às ameaças advindas sobretudo do pensamento feminista e de sua aspiração por, pasme-se, equidade entre gêneros.

Ao reafirmar o modelo de masculinidade pautado pela subjugação do feminino, a crise da masculinidade revela-se, no fundo, uma crise da legitimidade da dominação masculina nos centros constitutivos do poder que sustentam a ordem do gênero³⁷. Os defensores da crise tentam assegurar a predominância masculina nas instâncias de dominação e, para isto, utilizam-se de discursos elaborados para consolidar uma perspectiva essencialista e utilitarista dos gêneros, desconsiderando, de maneira intencional, os terríveis efeitos causados pelas relações desiguais de poder estabelecidas pelos seculares construtos patriarcais.

Limites da categoria de natureza e lei natural

Por entre as frentes discursivas que sustentam as relações de gênero delineia-se, como substrato, uma concepção religiosa, eminentemente cristã, dos espaços comportamentais e sociais que homens e mulheres devem assumir na sociedade, na família e na Igreja. Em seu substrato encontra-se uma dinâmica alicerçada na influência de determinada interpretação dos relatos bíblicos, sobretudo naquilo que se refere aos mitos criacionais, e na hermenêutica empreendida historicamente acerca da inerente e categórica natureza do homem e da mulher. Apesar da defesa da dignidade de todo ser humano, é inegável que o discurso religioso absorveu

³⁴ DUPUIS-DÉRI, 2022, p. 55.

³⁵ MACINNES, John. *The end of masculinity: The confusion of sexual genesis and sexual difference in modern Society*. Buckingham: Open University Press, 1998. p. 135.

³⁶ DUPUIS-DÉRI, 2022.

³⁷ DUPUIS-DÉRI, 2022, p. 284.

e sacralizou perspectivas culturais que cimentaram a construção do patriarcado e, por sua força, definiram os parâmetros para modelos comportamentais masculinos e femininos.

Neste ambiente, destaca-se a categoria de natureza que estaria referida, prioritariamente, à estrutura permanente do ser, na medida em que esta emerge preestabelecida como princípio modal e norma da ação. Nessa interpretação, a natureza é compreendida como realidade fechada, delimitada e orientada para um círculo restrito de comportamentos determinados pela verdade do humano. Com esta categoria, busca-se apreender “o que é permanente na aparência passageira da realidade, o princípio explicativo ou a essência que serve de suporte à existência das coisas.”³⁸ Originalmente posta como fundamento da unidade do ser, a natureza emerge, muitas vezes, no ambiente teológico, como expressão objetiva da vontade de Deus desvelada nos imperativos interpretados e demarcados como lei natural.

Por lei natural costuma-se “definir uma ordem originária presente no cosmos e no ser humano à qual o agir humano deveria conformar-se.”³⁹ Tal ordem originária indicaria, de maneira definitiva, o que significa ser completamente humano e deliberaria a respeito das diretrizes necessárias para se chegar a esta meta. Desta forma, através da lei natural, a razão – guiada pela fé – seria capaz de manifestar uma “antropologia normativa e distinguir os atos e as virtudes que facilitam alcançar a autêntica completude humana.”⁴⁰ Nessa completude, emerge a experiência da felicidade humana⁴¹, que consiste na adequação do ser humano à verdade manifesta objetivamente em sua natureza e pronunciada nos ditames da lei natural.

O fim da Idade Média e o advento da Modernidade colocarão em crise o conceito de natureza e, conseqüentemente, sua perspectiva acerca da lei natural. A irrupção da centralidade do sujeito no pensamento filosófico moderno como ser único e irrepetível questionará a afirmação de uma natureza comum e destacará a importância da cultura e da historicidade humana para a construção dos valores sociais⁴². O dado biológico não consegue mais abarcar a variedade de horizontes, culturas e experiências evidenciados pelos numerosos estudos históricos, sociológicos e antropológicos.

A manutenção da crença numa identidade masculina que seja essencial, universal, única, determinada pela natureza, revelada pela lei natural e compreendida como vontade divina, carece de sustentação. O simples reconhecimento da diversidade de modelos de

³⁸ JUNGES, José Roque. Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica. *Cadernos de Teologia Pública*, São Leopoldo, n. 7, p. 1-28, 2004. p. 11. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/007cadernosteologiapublica.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

³⁹ PIANA, Giannino. *Pessoa, corpo, natureza: as raízes de uma ética situada*. São Paulo: Loyola, 2022. p. 92.

⁴⁰ SALZMAN, Todd A.; LAWLER, Michael G. *A pessoa sexual: por uma antropologia católica renovada*. São Leopoldo: Unisinos, 2012. p. 92.

⁴¹ JUNGES, 2004, p. 11.

⁴² PIANA, 2022, p. 93.



masculinidades, tanto presentes em diversas culturas quanto atuantes na sociedade, aponta para sua dimensão histórica e contextual e, ao mesmo tempo, denuncia a inconsistência da pretensão de um modelo hegemônico singular. A masculinidade hegemônica instalada sob conceitos patriarcais não possui atributos naturais e, certamente, não se trata de um mandato divino. Porém, quando posta sob escrutínio, desnuda-se como cruel ideologia que pretende justificar o domínio do homem sobre a mulher ao inscrevê-la na “natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada.”⁴³

Distante destas prerrogativas, as masculinidades revelam-se múltiplas e dependentes das crenças vividas, das experiências socioculturais, da educação recebida por cada homem. “Há homens brancos, negros, gays, velhos e jovens. Há homens ricos e homens pobres. Há homens educados e homens rústicos. Há homens submetidos e homens poderosos.”⁴⁴ O reconhecimento da diversidade de masculinidades – e feminilidades – implica no necessário assentir de que não se trata de uma realidade definida pelas circunstâncias biológicas ou pela imposição de um modelo hegemônico, mas constitui-se de experiências identitárias apreendidas e construídas no interior de contextos existenciais diversos e que, portanto, para o bem comum da sociedade, podem e devem ser questionadas e transformadas.

Novas masculinidades para uma nova sociedade

Aparelhado por certo discurso religioso, o patriarcado exige para si contornos sagrados que lhe outorgam autoridade e imunidade diante de toda e qualquer contestação. Além do deus patriarcal, seu discurso agarra-se numa pretensa ontologização da masculinidade de Cristo⁴⁵, usurpando-a e, equivocadamente, deformando a dimensão soteriológica da encarnação do Verbo de Deus ao reduzi-la ao aspecto tangencial do gênero masculino ou da cultura adjacente à sua manifestação. A masculinidade que surge desse contexto, modelada de acordo com os preceitos organizados pelos próprios mecanismos patriarcais que a aprisionam, estará esvaziada de sua força crítica, ética e prática diante das desigualdades de gênero.

Para trazer à tona a beleza e a inteireza soteriológica presente na humanidade de Cristo, impera sobrepujar os condicionamentos patriarcais-machistas que tentam sequestrar a masculinidade de Jesus e, desta forma, deturpar o anúncio salvífico cristão. Neste sentido, a revelação cristã oferece uma grande fonte de subsídios para desmascarar o falso ídolo que sustenta o patriarcalismo e a masculinidade hegemônica que dele deriva, colocando em evidência seus pés de barro. O próprio Jesus, em sua humanidade profundamente livre,

⁴³ BOURDIEU, 2025, p. 45.

⁴⁴ MUSZKAT, Malvina. *O homem subjogado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo*. São Paulo: Summus, 2018. p. 54.

⁴⁵ FERRARO, 2012, p. 516.

manifesta-se como a maior contraproposta à sociedade patriarcal. “Jesus é o homem alternativo, porque está aberto ao amor de Deus a ponto de se tornar transparência.”⁴⁶

Convém salientar que a humanidade de Jesus não está reservada apenas à dignidade do sexo masculino, mas recapitula em si todo o gênero humano. Segundo a *Gaudium et Spes*:

‘Imagem do Deus invisível’ (CI 1,15), Ele é o homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Como a natureza humana foi n’Ele assumida, não aniquilada, por isso mesmo também foi em nós elevada a uma dignidade sublime.⁴⁷

Reconhecendo-se a linguagem devedora da época, a *Gaudium et Spes* destaca que o dado soteriológico consiste na afirmação de que, para a fé cristã, a humanidade de Jesus – expressa em seu corpo, em seus gestos, em seu amor humano – desvela e restaura a imagem e semelhança divina ao qual todo o gênero humano fora modelado (GS n. 22). Destarte, não se trata de negar o ser masculino de Jesus, mas de reconhecer e acentuar a dimensão salvífica presente em seu pertencimento à humanidade⁴⁸.

Ao recapitular e plenificar em si o gênero humano, a dimensão salvífica da encarnação de Cristo não repousa no dado masculino – contingente e circunstancial – mas em sua humanidade universal, vivida através de uma história de misericórdia, doação e oferta de libertação para os homens e mulheres de seu tempo. Logo, em Cristo, é inaugurada, pela ação do Espírito Santo, uma nova humanidade (Ef 2,16-18), um novo modo de ser humano (CI 3,5-17). No encontro com o Verbo Encarnado, o homem e a mulher de fé encontram-se voltados para a vida nova que brota da experiência do amor de Deus (2Cor 3,18). Neste sentido, o cristão e a cristã não estão mais prisioneiros das estruturas do passado (GI 6,15), mas tornam-se filhos e filhas de Deus mediante sua abertura ao dinamismo do Espírito Santo (Rm 8,1-27).

Jesus Cristo como identidade ética para novas masculinidades

Para a fé cristã, a vida de Jesus revela, nada menos, que o “ser mesmo de Deus”⁴⁹. Em sua humanidade, ainda que situada historicamente, não se descobre apenas indicações práticas de como proceder para alcançar a salvação, mas manifesta-se a autorrevelação de um Deus que se oferece ao ser humano. Desta forma, toda palavra teológica proferida acerca de Deus permanece paradigmaticamente vinculada à vida de Jesus de Nazaré, encontrando em sua existência o ponto de partida e, concomitantemente, seu ponto de chegada.

⁴⁶ CORALLO, Andrea. *Jesus além dos estereótipos patriarcais*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 133.

⁴⁷ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2015. n. 22.

⁴⁸ FERRARO, 2012, p. 515.

⁴⁹ CASTILLO, José María. *A ética de Cristo*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 33.



Nesta vinculação paradigmática a pessoa de fé é capaz de ver, ler e interpretar o próprio ser de sua humanidade. Conforme sinalizado, apenas diante do mistério do Verbo Encarnado o ser humano terá claro o sentido de sua vocação e será possível desenvolver o significado mais profundo de sua própria identidade. Ser imagem e semelhança de Cristo não deve ser compreendido de maneira estática e desvinculada da vida concreta. Tal imagem e semelhança possui dinâmica e movimentos próprios, que derramam o viver humano numa existência em permanente abertura e construção. Uma vez que “sua condição de ‘imagem’ é, biblicamente falando, o que resume e sintetiza seu ser, seu modo concreto de ser criatura; por isso todo o homem, e não só uma parte ou um aspecto dele, participa deste caráter.”⁵⁰ Constitui-se, portanto, uma condição em permanente referencialidade, visto que recebe da vida de Jesus de Nazaré e, por conseguinte, de seu anúncio do Reino de Deus, os critérios éticos que determinarão a validade – ou não – daquilo que se vive.

A humanidade de Cristo não é uma realidade silente. “Jesus Cristo é o ser humano sonhado, o ser humano que as religiões e as civilizações, sob as mais diversas formas, idealizaram. É o ser humano entrevisto pelos poetas e pelos místicos, o ser humano que o ser humano comum gostaria de ser, às vezes.”⁵¹ Ele é o ser humano em permanente docilidade ao amor de Deus, fonte de sua liberdade, e constantemente aberto ao encontro com quem dele se aproximava. Nele, em sua verdade, se realiza o desígnio salvífico divino para o qual a humanidade está direcionada. Contudo, não se trata de uma verdade que transita pelo assentimento intelectual, mas versa a respeito de uma realidade vital que nasce da abertura do coração humano que, ao acolher o mistério do amor de Deus, deixa-se transformar por sua ação amorosa.

A proximidade do mistério insere o ser humano no processo de libertação que implicará num novo modo de ser e existir em meio aos dilemas, paradoxos e conflitos que permeiam a concretude de sua própria história⁵². Inspirado pelo Espírito Santo, este novo modo de ser descobre na revelação de um Deus que viveu “a vida de um homem que nasceu pobre, que viveu entre os pobres e as pessoas marginalizadas de seu tempo, que morreu como um delinquente entre malfeitores, como pior dos malfeitores”⁵³ sua identidade ética fundamental. Aludir ao cenário histórico intenciona denotar que os princípios éticos que orientaram a vida do Profeta de Nazaré provinham de sua experiência do amor de Deus, mas também estavam ancorados em sua profunda sensibilidade diante da realidade de marginalização e exclusão que alcançavam a maior parte da população de seu tempo.

⁵⁰ LADARIA, Luis F. *Antropologia Teológica*. Roma: Universitá Gregoriana Editrice, 1983. p. 125.

⁵¹ RUBIO, Alfonso García. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulus, 2001. p. 203.

⁵² RUBIO, 2001, p. 205.

⁵³ CASTILLO, 2010, p. 293.



Esta ancoragem é corroborada pela constatação de que, em seu ministério, o anúncio do Reino de Deus estava direcionado, preferencialmente, para os pobres, para as pessoas sem importância, para aqueles que não eram bem-vistos, para os desprezados e insignificantes de seu tempo – entre tantos, como hoje, as mulheres, desdobrando-se num *ethos* que implicará, invariavelmente, em luta e desconforto. “A ética de Jesus é forte e dura, porque forte e dura é a resistência da ordem estabelecida para modificar sua visão da vida e, sobretudo, os interesses que a fazem perpetuar sua dominação criminal sobre os ‘ninguéns’ e os ‘excluídos’ desta terra.”⁵⁴

Ao questionar as tiranias, a ética de Cristo desmascara as comodidades sorrateiramente escondidas por detrás dos privilégios invisíveis instituídos pelas estruturas sociais e culturais e impõe, como imperativo, o engajamento na superação destas injustiças. Aqui, delineia-se a identidade ética que deve orientar a construção de diferentes formas de masculinidades. Ao configurar a própria vida de acordo com a proposta de Jesus, além de compor uma exigência prática que nasce da fé, é preciso responder a uma necessidade urgente do contemporâneo processo de mudança social: a existência de pessoas novas na construção de uma sociedade nova⁵⁵. Ou, naquilo que corresponde aos objetivos deste artigo: a edificação de masculinidades novas para a construção de uma sociedade nova.

Perspectivas: construção de masculinidades éticas

Para esta pesquisa, o conceito de masculinidade é compreendido como o predicado simbólico-identitário instituído socialmente a respeito do comportamento masculino. Neste sentido, a masculinidade aparece como um modelo formal organizado pela ordem de gênero vigente na sociedade, que visa estabelecer tanto as normas de conduta quanto os papéis sociais que direcionam as relações entre gêneros no interior de uma ótica fixista binária. Edificada sob perspectivas estruturais devedoras de construto pautado pelo modelo patriarcal, a identidade masculina carrega em si valores e limites que apontam para sua dinâmica cultural limitada e contextual. Ainda que enxergue a importância de certos valores, a sacralização de um determinado modelo de masculinidade hegemônico implicou no congelamento discursivo de seus contornos, compreendidos como prerrogativas imutáveis e universais inerentes a determinado grupo masculino.

No interior deste contexto, a masculinidade hegemônica desvela-se como espaço de constante frustração e medo. A cristalização de determinados valores coloca o homem numa caminhada marcada por uma perene insegurança. Os valores que compõem o temário da

⁵⁴ CASTILLO, 2010, p. 44.

⁵⁵ AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Práxis cristã em tempos de globalização. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 67, n. 266, p. 280-304, 2007. p. 299.



masculinidade cristalizam-se numa imagem fraturada de si, visto que abdicam de aspectos fundamentais do ser humano, instituindo uma relação deturpada não apenas com a realidade do masculino que diz defender, mas com o feminino, compreendido como antagonista a ser combatido e subjugado tanto internamente quanto externamente.

É evidente que esse cenário não é salutar ou confortável. O resultado desta construção está no esfacelamento das subjetividades masculinas em prol da manutenção claudicante da identidade hegemônica imposta e vivida no interior dos papéis sociais. A prevalência da masculinidade hegemônica não é mortal apenas para as mulheres, mas mata – real e simbolicamente – o homem enclausurado e atormentado por seus ditames.

Cabe, então, retomar a pergunta: é possível a construção de novos modelos de masculinidades? Este artigo acredita nesta possibilidade e intenciona estimular o debate. Para a construção que deseja empreender, ousará chamar o que sugere de masculinidades éticas. A categoria de masculinidade já foi outrora apresentada. Por ética, contudo, não estará assumida apenas a questão referente à moral e à práxis, mas, aqui, vislumbra-se também sua perspectiva de *ethos* enquanto possibilidade de construção de um ambiente onde o viver humanamente faz-se possível. As masculinidades éticas emergem como espaço existencialmente habitável e passível de construção e reconstrução, capacitadas a serem abrigo seguro e, simultaneamente, favorecerem uma liberdade responsável ao realizar escolhas e decisões pautada por uma dimensão orientada eticamente para o bem comum e compromissada com o respeito à singularidade de cada ser humano.

Para isso, é necessário distinguir que masculinidade não é sinônimo de patriarcado. Realizar tal distinção implica no reconhecimento de que o patriarcado, em sua sorradeira dinâmica narrativa, envenena a masculinidade, reduzindo-a a um jogo performativo de poder, dominação e injustiça sociocultural. Logo, o combate à narrativa patriarcal deve ser assumido efetivamente pelos homens através da construção de uma justa equidade de gêneros nas diferentes esferas sociais e culturais. Tal engajamento reverbera nas exigências que nascem da acolhida consciente do mistério de Deus revelado em Jesus de Nazaré. Com efeito, “a prática de Jesus e as suas palavras corroeram os fundamentos da sociedade patriarcal do século I e nos oferecem caminhos para uma libertação sempre possível.”⁵⁶ Sua Boa Nova segue atual e desafiadora como proposta radicalmente antipatriarcal que, ao alargar o sentido do viver humano, propõe-lhe a superação dos contextos opressivos e excludentes que fundamentam as estruturas de pecado.

Concomitantemente, é preciso criar espaços fecundos que estimulem a edificação de renovados movimentos e iniciativas hábeis em edificarem variadas e novas formas de

⁵⁶ CORALLO, 2024, p. 136.



masculinidades. Apenas ao libertarem-se da tirânica identidade masculina hegemônica, os homens conseguirão compreender, de maneira ética, a liberdade criativa que ressoa na diversidade de cenários existenciais, indo além do fixismo binário e abarcando, assim, tanto os papéis sociais quanto as estruturas identitárias que perfazem o masculino, entendido como gênero, em seus múltiplos aspectos, perspectivas e relações.

Respeitando a diversidade de paisagens existenciais, as masculinidades éticas rejeitariam a imposição de um modelo único e universal para arriscar-se através da abertura de um inédito horizonte de sentido que, ao permitir renovadas autocompreensões do masculino, possibilite, por consequência, modos de agir originais e humanizantes. As masculinidades estariam, portanto, direcionadas para a humanização e o crescimento humano do homem e da sociedade, resguardando-se na experiência de uma liberdade vivida apesar das pressões sociais, ao superar a manutenção dos modelos binários para acolher as dissonâncias dissidentes que subvertem a ordem patriarcal⁵⁷.

Da mesma forma, masculinidades éticas implicariam o entendimento de que a justiça de gênero não pode estar desvinculada da justiça social. “Defender a justiça de gênero enquanto homem é lutar contra si mesmo”⁵⁸ para construir renovadas estruturas sociais e identitárias. Tarefa difícil visto que resulta em desfazer-se da educação e dos injustos privilégios recebidos para tecer uma trama capaz de implantar alicerces mais justos, mais éticos e, portanto, verdadeiramente humanos. Sob estes alicerces, as masculinidades encontrariam caminhos diferentes capazes de guiá-las em direção à construção de uma coerente e justa equidade de gênero e, nesta equidade, encontrarem o sentido mais profundo de sua própria humanidade.

Referências

ANDERSON-RAJKUMAR, Evangeline. Deus e gênero: reflexões a partir de uma perspectiva womanist indiana. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Práxis cristã em tempos de globalização. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 67, n. 266, p. 280-304, 2007.

BADINTER, Élisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Difel, 2025.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

⁵⁷ GEBARA, Ivone. *Ensaio de antropologia filosófica: a arte de misturar conceitos e plantar desconceitos*. São Paulo: Recriar, 2021. p. 73.

⁵⁸ JABLONKA, 2021, p. 380.



- CASTILLO, José María. *A ética de Cristo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CORALLO, Andrea. *Jesus além dos estereótipos patriarcais*. Petrópolis: Vozes, 2024.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente*. São Paulo: Blucher, 2022.
- FERRARO, Benedito. Teología en la perspectiva de la reciprocidad y complementariedad entre hombres y mujeres. *Concilium*, Navarra, n. 347, p. 511-523, set. 2012.
- GEBARA, Ivone. *Ensaio de antropologia filosófica: a arte de misturar conceitos e plantar desconceitos*. São Paulo: Recriar, 2021.
- GESCHÉ, Adolphe. *Deus*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- JABLONKA, Ivan. *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo: Todavia, 2021.
- JUNGES, José Roque. Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica. *Cadernos de Teologia Pública*, São Leopoldo, n. 7, p. 1-28, 2004. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/007cadernosteologiapublica.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- KIMMEL, Michael. *A sociedade de gênero*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KUSNETZOFF, Juan Carlos. *A mulher sexualmente feliz*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- LADARIA, Luis F. *Antropologia Teológica*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1983.
- MACINNES, John. *The end of masculinity: The confusion of sexual genesis and sexual difference in modern Society*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- MUSZKAT, Malvina. *O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo*. São Paulo: Summus, 2018.
- PIANA, Giannino. *Pessoa, corpo, natureza: as raízes de uma ética situada*. São Paulo: Loyola, 2022.
- RUBIO, Alfonso García. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulus, 2001.
- SALZMAN, Todd A.; LAWLER, Michael G. *A pessoa sexual: por uma antropologia católica renovada*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- TAMEZ, Elsa. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.



ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 04 set. 2025.

Aceito em: 18 fev. 2026.